

A VIA SACRA DO PROFESSOR: O ACORDO PMF-BID

Costa, Hellen Balbinotti
UFSC
hellenbalbinottic@gmail.com

Melgarejo, Mariano Moura
UFSC
marianom@gmail.com

Seki, Allan Kenji
UFSC
allan.seki@gmail.com

1

Resumo

O trabalho discute o Acordo negociado, desde 2010, entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em novembro de 2013 veio a público o *Proyecto de Expansión y Mejoramiento de la Educación Infantil y la Enseñanza Fundamental en Florianópolis*, expressando a presença na RME de um educador fundamental, o Capital. Trata-se da expansão e melhoria da Educação, mas subordinando o que-fazer docente à preparação de mão de obra para o trabalho simples e à transformação da esfera pública em nicho de negócios rentáveis, como construção, tecnologias e consultorias. O maior desafio da Educação, a qualidade, o “êxito” dos pobres, abrangeria cinco dimensões, duas aqui ressaltadas: estudantes devem ter acesso a docentes eficazes e ter habilidades para êxito no mercado. O trabalho docente torna-se fundamental para a execução de tal política em três aspectos: **gestão**, **avaliação** e **formação**. As mudanças tornarão meritocrático o processo de seleção, contratação e alocação de gestores escolares da RME, com maior controle sobre a eleição. A avaliação atravessa a formação docente e a gestão e, relativamente às crianças, sugere-se o *Infant and Toddler Environmental Rating Scale* e o *Early Childhood Environment Rating Scale* focando os comportamentos de gestores, professores e estudantes ao invés de processos educacionais. O “banco educador”, apoiado em avaliação e controle social, afirma que “eficiência” resulta de permanente escrutínio avaliativo. O docente e seu trabalho envolvem-se numa perspectiva empobrecedora, dado que Estado e Banco apresentam preocupações em relação aos professores para inibir suas capacidades de lutas e

resistências às reformas e providenciar repasses de recursos públicos para instituições privadas. A subordinação do professor ligar-se-ia a mudanças na carreira e ao sistema de avaliação. O trabalho docente é considerado “frágil”, pois é mal formado, débil pedagogicamente, não usa a língua para apropriação de ciência e matemática. A solução seria o *coaching* para melhorar a prática pedagógica e a gestão da escola. Objetiva-se a alienação do professor, fator mais importante na escola, posto que pode interferir na formação humana via ensino-aprendizagem. Enfrentamos uma estratégia de convencimento: melhoria da qualidade da educação, qualificação de capital humano, empregabilidade. A justificação da reforma apela à vaidade: tornar as práticas exitosas da RME em padrão internacional.

2

Palavras-chave: Banco Interamericano de Desenvolvimento. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Trabalho docente. Gestão, avaliação e formação.

Introdução

Dinheiro público é para o serviço público! Essa é a insígnia do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasm, 2015a), expressão de sua posição contrária ao repasse de recursos públicos municipais para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) previsto no acordo negociado, pelo menos, desde 2010, entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e a instituição. Uma nova versão classificada como aprovada, vem a público em novembro de 2013, denominada *Proyecto de Expansión y Mejoramiento de la Educación Infantil y la Enseñanza Fundamental en Florianópolis (BR-L1329)* (Bid, [2013])¹, e sela importantes compromissos para a Educação municipal. Sua análise demanda atenção redobrada, pois atinge não apenas o erário público, mas a vida escolar em suas múltiplas facetas, particularmente o trabalho docente. Nosso ponto de partida é o de que o Acordo PMF-BID expressa sem mais delongas a presença na RME de um sujeito educador fundamental, o capital, explicitado sem pejo no excerto que segue:

¹ O empréstimo de 58,86 milhões de dólares pelo BID, com uma contrapartida municipal de igual valor, num total de US\$ 118,43 milhões de dólares, passou a vigorar em julho de 2014, quando foi aprovado pelo Senado brasileiro (BRASIL, 2014).

*Este análisis estimó los beneficios sociales de este proyecto, que se vinculan a la ampliación de la oferta de creches y preescolar, que mejora el nivel educativo, a la eliminación de la distorsión de edad grado y a los beneficios surgidos por una mejor calidad de la enseñanza en la **formación de capital humano**. (Bid, [2013], p. 14)*

Mota Júnior (2016, p. 144) chama a atenção para um ponto fundamental dessas relações:

As agências multilaterais – FMI, BM, BID – ... Admitem, agora, que o crescimento econômico, por maior que possa vir a ser, não é suficiente para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento social. Daí que a diretriz proposta pelos organismos internacionais para as políticas sociais é a focalização na pobreza extrema, estimulando programas sociais compensatórios destinados ao cidadão-pobre, com renda abaixo da linha de pobreza. A palavra de ordem passou a ser “equidade”, isto é, não igualdade.

Neste aspecto o documento do BID ([2013], p. 2) é cristalino:

*Dada la división de funciones en las políticas y programas educativos entre las tres esferas de la Federación (unión, estados y municipios), la Secretaría Municipal de Educación (SME) tiene responsabilidad en los niveles de Educación Infantil (EI) y Enseñanza Fundamental (EF), **atendiendo a población de estratos socioeconómicos bajos**.*

Para Sguissardi (2014, p. 109),

Em tempos de mundialização financeirizada do capital, são exatamente os organismos multilaterais financeiros (BM e BID) ou de coordenação mundial do comércio de serviços (AGCS da OMC) os principais articuladores e incentivadores do mercado educacional mundial².

Não se trata, pois, apenas de um programa de expansão e melhoria da Educação, mas da introdução de um projeto político cujas repercussões no que-fazer docente articula-se a interesses que pretendem preparar mão de obra para o trabalho simples – e exército industrial de reserva – e transformar a esfera pública em nicho de negócios rentáveis, envolvendo outras empresas na partilha do espólio, sob a forma de construção, compra de tecnologias e contratação de consultorias. É o mesmo Sintrasm (2015b) que denuncia:

² Acordo Geral de Comércio e Serviços da Organização Mundial do Comércio.

No caso da Prova Floripa³, o contrato nº 146/EDUC/BID fechado com a Universidade de Juiz de Fora-MG, custou R\$ 3.603.173,59. Este tipo de convênio coloca o dinheiro público que deveria ser destinado à educação do Município nas mãos de consultores externos que estão a serviço da implementação das políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que têm como foco a privatização da educação pública, por meio de mecanismos de controle que estimulam a competição entre as escolas, estabelece a meritocracia e coloca o problema da educação pública na esfera individual e não como coletivo.

Pelo exposto percebe-se que o exame do Acordo PMF-BID oferece dificuldades, posto que sua amplitude impede de tratar, neste texto, todas as questões candentes que o perpassam. Frente a este risco, discutiremos alguns pontos relativos aos seus compromettimentos econômicos, políticos e sociais, especialmente os relativos ao trabalho docente. A Educação tornou-se um “campo sacralizado” desde que foi unvida como esfera capaz de solucionar os problemas da pobreza derivada de projetos desenvolvimentistas inadequados, da ausência de um sistema de gestão e monitoramento que potencializasse recursos humanos e financeiros.

Em 2014, o BID lançou um documento no qual anunciou o que seria o maior desafio atual da Educação: a sua qualidade. Para o Banco o “êxito” educacional, particularmente para os estudantes mais pobres, abrange cinco dimensões, entre as quais demarcamos duas: os estudantes devem ter acesso a docentes eficazes e os graduados devem ter as habilidades necessárias para serem exitosos no mercado⁴. A relação orgânica entre essas duas dimensões evidencia claramente o sentido de um Banco financiando projetos educativos em redes públicas de ensino. O professor, para o BID (2014a), *juega un rol muy importante en el aprendizaje estudiantil*, o que o leva a propor alterações na carreira e na formação tendo em vista *atraer, desarrollar, motivar y retener a los mejores profesionales en la carrera docente*. Tal perspectiva reforça a “sacralização” da Educação, especialmente porque vem associada à inclusão social, à redução da pobreza e ao aumento da equidade, obliterando-se as determinações de classe. Atende a esse

³ O redesenho da Prova Floripa terá como base a Teoria da Resposta ao Item. Para a melhoria da Educação Infantil serão usadas as escalas de observação, The Infant/Toddler Environment Rating Scale (ITERS) e o Early Childhood Environment Rating Scale (ECERS). O sistema de monitoramento e os mecanismos de retroalimentação da Prova Floripa serão retornados às escolas e para as formações.

⁴ As outras são: *Las metas altas guían los servicios educativos; los estudiantes ingresan al sistema educativo listos para aprender; las escuelas tienen los recursos adecuados y son capaces de utilizarlos para el aprendizaje.*

desiderato a brilhante síntese operada após os anos 2000: a do professor responsabilizado, cujo trabalho deveria redundar em boa qualidade de ensino. As palavras do BID ([2013], p. 6) mostram onde se encontram lastreadas suas propostas:

Adicionalmente, el programa ... (contribuirá) a la meta de reducción de la pobreza y aumento de la equidad y dentro de las esferas prioritarias de la estrategia del BID para una política social favorable a la igualdad y productividad (GN-2241-1), vinculada a la inversión en la primera infancia y a la mejora de la calidad de la escolarización.

A ladainha salvacionista que coloca o professor como central no desenvolvimento econômico do país articula-se após os anos de 1990. Em documento de 1999, por exemplo, o Banco Mundial afirmava: “todos concordam que a educação é a chave mais importante para o desenvolvimento e o alívio de pobreza.” Entre suas orientações constava: “... o efetivo treinamento de professores e a supervisão são fatores que contribuem para o estabelecimento de programas educacionais prósperos.” (World Bank, 1999, p. iii como referido por Mota Júnior, 2016, pp. 162-163).

O Acordo PMF-BID liga-se à *Estrategia de país con Brasil 2012-2014 (GN 2662-1)*, cujo objetivo é o de *propiciar la inclusión social en el sector prioritario de educación* ([2013], p.6), privilegiando dois aspectos:

mejorar la calidad de la educación básica, por medio del entrenamiento y capacitación de los profesores y del perfeccionamiento y mayor utilización de los instrumentos de evaluación disponibles; y ii) expandir la cobertura de educación infantil a través de la reforma de las instituciones de enseñanza, la adquisición y desarrollo de material didáctico y la calificación del cuerpo docente.

Estes dois pontos, para o BID, são fundamentais para a *reducción de la pobreza y aumento de la equidad e para una política social favorable a la igualdad y productividad* (BID, [2013], p. 6). Para executar esse projeto político contratou-se a Unisul – para elaborar proposta de matriz curricular para a Educação Básica contemplando a educação em tempo integral e a transição entre Educação Infantil (EI) e Ensino Fundamental (EF) –, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora – para repensar a Prova Floripa – e a Fundação Carlos Chagas (FCC) – para desenhar, capacitar e implementar um sistema de monitoramento e avaliação da EI, compondo esse vasto processo de intervenção na RME.

Neste texto pomos em debate precisamente o papel do professor que, contraditoriamente, aparece nessas políticas como fundamental para sua execução e como o seu obstáculo mais resistente. Três aspectos serão aqui privilegiados em relação ao Acordo no que tange ao trabalho docente: gestão, avaliação e formação.

Os motivos (aparentes) alegados para o Acordo PMF-BID

Entre os argumentos postos em circulação tendo em vista produzir consenso em torno da pertinência do Acordo, citam-se constatações plenamente favoráveis a um investimento na melhoria da qualidade educacional no município derivadas de pesquisa realizada pela FCC, Ministério da Educação (MEC) e BID, intitulada *Educação Infantil no Brasil: avaliação quantitativa e qualitativa* (Campos, 2010)⁵. Tendo-se avaliado a Educação Infantil (EI) em seis capitais brasileiras (Belém, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, Rio de Janeiro e Teresina) de modo articulado com os resultados alcançados por crianças de segundo ano do Ensino Fundamental (EF) na Provinha Brasil. Este argumento teria levado o BID (2013) a apostar na melhoria da qualidade educativa da rede municipal. Em entrevista o Secretário Municipal da Educação, Rodolfo Pinto da Luz, ratifica essa proposição:

... no ano de 2010 houve uma avaliação por amostragem da educação infantil feita pelo próprio BID, pelo Ministério da Educação e pela Fundação Carlos Chagas, e Florianópolis ficou em primeiro lugar entre as capitais pesquisadas. Diante deste resultado, a prefeitura solicitou que a pesquisa fosse aplicada a todas as unidades de educação infantil do município. O BID, então, resolveu ampliar o financiamento para expandir e melhorar ainda mais a educação infantil e inclusive incluir a educação fundamental tanto na melhoria da qualidade quanto na expansão do período integral. (Martini, 2014).

O suposto interesse do BID – ao qual a PMF teria anuído – começou a se articular na gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do prefeito Dário Elias Berger (2005-2012), na qual Rodolfo Joaquim Pinto da Luz⁶ cumpriu o papel de

⁵ A pesquisa realizada pela FCC, MEC e BID foi coordenada por Maria Malta Campos e os pesquisadores responsáveis foram Yara Lúcia Esposito, Fúlvia Rosemberg, Dalton Francisco de Andrade, Nelson Rodrigues e Sandra Ubehaum (CAMPOS, 2010).

⁶ “Rodolfo Joaquim Pinto da Luz havia sido Secretário de Educação de 2005 a 2012, sendo reconduzido ao cargo pelo Prefeito Cesar Souza Júnior. Na esfera municipal, já foi também Superintendente da Fundação Franklin Cascaes, órgão cultural da prefeitura, de 2009 a 2012. No ano de 1989 esteve à frente do Instituto

Secretário Municipal de Educação ao longo de dois mandatos, tendo sido reconduzido pelo prefeito César Souza Junior (2013-2016), do Partido Social Democrático (PSD). As diligências preliminares, incluindo sua aprovação pela Procuradoria Geral da República e pelo Senado Federal, parecem ter sido concluídas – embora muitos dos documentos comprobatórios não tenham sido apresentados ao público – e o contrato que faz parte do acordo passou a vigorar em 14 de julho de 2014.

É importante refletir acerca desse acordo PMF-BID e da correlação de forças que o engendrou. De fato, muitos dos meandros dessa negociação são desconhecidos, mas podemos pensar que as forças da oposição e da crítica não conseguiram organização suficiente para enfrentar esse avanço do capital organizado sobre o professor e a educação local. Foram necessárias uma prefeitura e uma secretaria de educação afeitas às demandas contemporâneas do capital dado que eivadas dos interesses burgueses, assim como um Banco articulador dessas demandas. O Acordo resulta, pois, não de um desejo caridoso do BID de transformar Florianópolis em modelo, mas das negociações entre a burguesia local e o Banco para fazer de Florianópolis uma cidade capaz de representar internacionalmente um modelo acabado de boa educação que produz boa mão de obra a preços baixos, investindo na formação de crianças francamente denominadas *capital humano*, processo mediante o qual se promoverá *la inclusión social y productiva*, bem como a *empleabilidad* (BID, [2013]). O bebê entrará com quatro meses na escola; ao sair dela, aos 14, terá se tornado não um ser humano com formação humana, mas um potencial sujeito para o mercado de trabalho. O instrumento dessa sujeição seria o professor.

de Planejamento Urbano de Florianópolis- IPUF. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, instituição pela qual é professor. Foi reitor da UFSC por três vezes, entre os anos de 1984 a 1988, 1996 a 2000, sendo reeleito em 2000 e permanecendo no cargo até 2004. Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, de 1987 a 1988. Foi Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto de 1993 a 1994 e exerceu interinamente os cargos de Ministro da Educação, Secretário Executivo do MEC e Presidente da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições federais de Ensino Superior – ANDIFES. É Membro Titular do Conselho Estadual de Educação (SC) e Secretário de Comunicação da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME - Nacional e Secretário de Finanças da UNDIME – Santa Catarina. Foi Presidente da UNDIME – SC, entre 2007 e 2013, e Presidente da UNDIME – Região Sul. Recebeu inúmeras distinções, entre elas a Ordem do Mérito da Educação e a Ordem do Mérito Judiciário de Santa Catarina. Por sua reputação, virtude e ações, também foi contemplado com o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal de Roraima, Medalha João David Ferreira Lima e Medalha de Honra ao Mérito da ACIF, Dias Velho.” (FLORIANOPOLIS, 2016) FLORIANOPOLIS. SME. Gabinete. 2016. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=govgabinete>. Acesso em: 8 fev. 2016.

As negociações entre o Brasil e instituições financeiras, como se viu, vem de longa data e essa relação recrudescer substancialmente após a década de 1990, tendo sofrido uma mudança importante, pois podem ser operadas diretamente por governos estaduais e municipais. O compromisso do capital exposto no Acordo PMF-BID tem suas raízes fincadas justamente naquela década, quando um vasto projeto de reforma internacional foi articulado e disparado na famosa Conferência de Jomtien e seu *slogan Educación para Todos* (Shiroma y Moraes y Evangelista, 2007), com repercussões para a ALC por meio de projetos específicos, caso do *Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe* (PREAL) (Preal, 2016). O empréstimo capitaneado por Pinto da Luz integra, pois, um processo de longo alcance temporal de intervenção do capital.

8

Primeira estação: gestão

A RME, segundo dados do Acordo, conta com 80 estabelecimentos de Educação Infantil que somados a mais 22 unidades conveniadas⁷ atendem a 10.500 crianças, que atenderiam, em tese, 94% da demanda de quatro a cinco anos e 68% da demanda de zero a três anos, sendo que a proporção de vagas em tempo integral corresponde a 66% e 71% das crianças atendidas, respectivamente. O Ensino Fundamental conta com cobertura universal, para 15.000 alunos, distribuídos em 37 escolas. Os “serviços” em tempo integral são oferecidos a 21% dos estudantes. Afirma-se que apenas metade destas escolas possui sala informatizada (Bid, [2013]).

Com vistas a universalizar o ensino a partir da faixa etária de quatro anos, alcançar 60% de oferta em Educação Infantil dos zero aos três anos e aumentar a oferta de “serviços” de educação em tempo integral, chegando a 90% na EI e 68% no EF, consta no projeto: construção de 23 novas unidades de EI; reforma de outras 15; construção de quatro novas escolas de Ensino Fundamental; reforma de mais 11; além da construção de dois Centros de Inovação da Educação Básica, onde serão disponibilizados os serviços de educação em tempo integral para 4.000 alunos da rede (Bid, [2013]).

⁷ Segundo Neiverth (2009), estas unidades funcionam com recursos públicos destinados a entidades privadas, de caráter filantrópico. O repasse de verbas é menor em relação às demais creches, assim como as condições de trabalho são precarizadas, uma vez que os professores são contratados em caráter temporário.

Sob a justificativa de se melhorar a qualidade da aprendizagem, o projeto apresenta a necessidade de reforçar os “insumos educativos” considerados mais críticos:

i) profesores: reconocido como el recurso más importante, es preciso mejorar la selección, contratación y entrenamiento de profesores para atender esta nueva demanda, además de la necesidad de fortalecer los procesos de acompañamiento (coaching) a todo el cuerpo docente; ii) infraestructura: la carencia de una adecuada infraestructura para atender la demanda creciente por servicios de tiempo integral, y la falta de espacios pedagógicos para el desarrollo de habilidades y la enseñanza de contenidos como ciencias, matemática y para el aprovechamiento de las tecnologías de la información (...); y iii) materiales educativos: aún cuando se reconoce que el acceso a recursos educativos de calidad y pertinentes, es clave para el desarrollo de las experiencias educativas para los estudiantes, el material ofrecido por la SME es insuficiente y está desactualizado, con escasas renovaciones desde 2005. (Bid, [2013], p. 5)

Em relação à gestão escolar, critica-se abertamente a capacidade dos diretores de escola em exercer suas funções, nas seguintes palavras:

La gestión de la red de la SME presenta varios desafíos. En cuanto a los directores de escuelas, pese a contar con un sistema participativo de elección de los mismos, su calificación para gestionar las escuelas es una cuestión pendiente, así como la virtual continuidad en sus cargos. Diseñar un nuevo modelo de elección y asignación y mejorar sus opciones de calificación, aparecen como un elemento necesario para mejorar la gestión e implementar con éxito mejoras de la calidad educativa. (Bid, [2013], p. 5)

Encontramos no Regulamento Operativo (Bid, 2012, p. 20, grifo nosso) um direcionamento claro sobre o que se pretende: “o projeto financiará a contratação de um estudo com o intuito **de propor mudanças que tornem mais meritocrático o processo de seleção, contratação e alocação de gestores escolares da rede municipal.**”. Já no Projeto, coloca-se a seguinte redação:

Mejorar los procesos de selección de gestores escolares y los criterios para su elección, privilegiando los aspectos vinculados a la capacidad y experiencia en la gestión y al conocimiento de cuestiones educativas y pedagógicas, así como capacitar directores y supervisores de EI, EF y del equipo central de la SME (Bid, [2013], p. 8).

Supomos que este processo venha a aprofundar as transformações no trabalho do diretor das escolas da RME, estudadas por Cardoso (2008). Em sua dissertação, constatou que no período de 1997 a 2007 houve

uma nova concepção de gestão para o setor público e muitos princípios do gerencialismo, tão recomendados por Organismos Multilaterais, foram introduzidos nas escolas municipais por uma empresa privada. [...] foi possível afirmar que o trabalho do diretor sofreu profundas transformações com essa reforma da gestão, o que acarretou sobrecarga nas atribuições administrativas e o distanciou, contra a sua vontade, do fazer pedagógico, aproximando sua prática àquela de um gerente escolar. (Cardoso, 2008, p. 6).

10

Não há nenhuma alusão, porém, à constatação feita no estudo de Campos (2010) de que uma das variáveis que têm maior impacto na medida da qualidade, tanto das creches como das pré-escolas, é o salário do diretor. O que se tem em vista é um maior controle na seleção de diretores, que hoje são eleitos pela comunidade escolar. Com estas mudanças, pretende-se garantir que o profissional escolhido para exercer essa função aplique com mais eficiência as políticas desejadas pela SME, deslocando-o do projeto construído no local de trabalho, com a participação da comunidade escolar.

Segunda estação: avaliação

Na proposta de acordo entre o BID e a PMF, o eixo de avaliação atravessa a formação de professores, a gestão educacional e a avaliação em larga escala dos estudantes. Conforme apontado pelo documento (Bid, [2013]), os desafios propostos para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental são de naturezas diferentes.

En el primer caso, como en el resto de las redes municipales de Brasil, la SME carece de prácticas de monitoreo y evaluación rutinaria de la calidad de los servicios, reflejando las condiciones de infraestructura y de trabajo de los docentes, la implementación de las propuestas pedagógicas, y de otros insumos necesarios para asegurar la calidad de servicio brindado. (Bid, [2013], p. 4).

O próprio texto do projeto esclarece que o tema da avaliação em massa através de escalas *ha sido políticamente sensible*. Deste ponto de vista, a avaliação de crianças pequenas por meio de escalas, como o *Infant and Toddler Environmental Rating Scale*

(ITERS) e o *Early Childhood Environment Rating Scale* (ECERS), almeja a consolidação da tendência de que as avaliações educacionais focalizem seus objetos nos comportamentos de gestores, professores e estudantes ao invés de nos processos educacionais. No Acordo, a rede aparece como um importante laboratório para o aprimoramento desse tipo de avaliação que, sem engano, tem a ver com a vinculação cada vez mais intensa do trabalho docente ao desempenho dos estudantes. É o que fica claro nas argumentações a seguir:

11

La EF, además de la Prova Brasil cuenta con una herramienta poderosa para evaluar el rendimiento de los alumnos: la Prova Floripa que, realizada anualmente, abarca todos los años focalizándose en portugués y matemática, pero cubriendo también temas de otras disciplinas. Este instrumento tiene algunas oportunidades de mejora. Dado el diseño del mismo y la estrategia de autoaplicación, los resultados no son comparables entre escuelas, ni en el tiempo. Esta herramienta no ha sido apropiada por la red en cuanto a su uso para la mejora de la gestión a nivel escolar y de la sala de aula, sub aprovechándose las potencialidades que tiene para orientar acciones de monitoreo, apoyo a la red y de capacitación de los profesores: la SME ha concentrado sus esfuerzos en el diseño y aplicación de la prueba, em desmedro de las más estratégicas acciones mencionadas anteriormente de mejora de la gestión a nivel escolar y de sala de aula. (Bid, [2013], pp. 4-5)

Esta é precisamente a preocupação do estudo realizado pela FCC que teve por objetivo demonstrar por meios estatísticos que as crianças que frequentam a pré-escola estão em melhores condições de obter maior desempenho nas avaliações futuras – já no Ensino Fundamental –, ou seja, mais uma vez na história da educação infantil, ocorre um retorno às concepções que submetem-nas ao seu sucesso escolar futuro. Esse tipo de concepção só poderia vir a se efetivar se a reforma articular e programar os temas e as metas de aprendizagens em ambos os níveis educacionais. Daí que a reforma PMF-BID contemple ao mesmo tempo e de forma inseparável os três grandes eixos – gestão, avaliação e formação de professores – em ambos os níveis educacionais.

Fundamental apontar, ainda, que o projeto de reforma leva a termo a ideia-força de que Florianópolis é um importante laboratório de experimentação e amadurecimento de propostas para as políticas educacionais, procurando estabelecer novas formas de dominar os professores. Isto se evidencia na afirmação:

*La evaluación de impacto ex post del proyecto **arrojará pruebas empíricas para cerrar las brechas de conocimiento en el sector, que fueron***

*identificadas en el documento de proyecto o el plan de evaluación.[...] La evaluación busca **generar evidencia** sobre programas de acompañamiento en la región, **en donde hasta el momento no hay estudios empíricos concluyentes** (Bid, [2013], Anexo I, p. 1, negrito nosso).*

Tomado de assalto, todo o trabalho docente, a gestão da rede e os próprios alunos serão submetidos à permanente sabatina elaborada por *experts* – no que a Fundação Carlos Chagas logrou obter seu nicho de exploração – ou, nas palavras do BID, um *monitoreo rutinario*:

*La SME recibirá apoyo especializado para realizar una revisión crítica y adaptación a la realidad brasileira de instrumentos internacionales que permitan a los profesores y auxiliares evaluar el **desempeño y aprendizaje** de los niños. **Existirá un vínculo estrecho entre estas actividades de monitoreo y las de capacitación**; y v) diseñar e implementar las evaluaciones de proceso y de los impactos generados por el programa (Bid, [2013], p. 8, negrito nosso).*

Podemos constatar que a entrada do BID como “banco educador” na rede municipal vem acompanhada pela força da ideologia burguesa que se apoia na avaliação e no controle social como meios de impor a noção de que professores e alunos só estariam produzindo resultados “eficientes” na medida em que sejam submetidos permanentemente ao escrutínio avaliativo, enquanto que “muitos aspectos que interferem no aprendizado por parte dos estudantes, são desconsiderados, recebendo atenção maior o rendimento dos alunos em testes ou provas que intentam mensurar seus conhecimentos” (Zanardini, 2012, p. 74). Não se pode desconsiderar, também, que os resultados dessas pretensas avaliações de larga escala propiciam as condições para a alavancagem de novos processos de mercadorização da educação, por exemplo, ao fornecer dados, pretensamente, neutros e científicos para fomentar a necessidade de verdadeiras indústrias de formação ou capacitação de professores, *coaching*, entre outras. Por tudo isso, consideramos estar diante de um grave solapamento do conteúdo de humanidade, de professores e estudantes, na rede de Florianópolis a serviço do mercado. Neste sentido, a profunda reforma operada pelo banco e pela prefeitura, encontrou, certamente, na avaliação um instrumento “eficiente”.

Terceira estação: formação

As questões atinentes ao docente e seu trabalho vêm envolvidas por uma perspectiva empobrecedora mediante a qual os professores são meros objetos do Acordo: não são produtores de conhecimento sobre a rede, sobre seu trabalho, sobre a escola, sobre o aluno ou sobre a gestão. O lugar do conhecimento sobre a rede foi preenchido pela Fundação Carlos Chagas, contratada

*por un período de hasta 48 meses a la Fundación Carlos Chagas, ..., por un monto de hasta US\$800 mil, para la provisión del diseño e implantación del sistema de monitoreo de la calidad de los servicios de EI. ... Esta consultoría, además de desarrollar el mencionado sistema, evaluará la calidad del 100% de los establecimientos educativos de EI. La fundación ... combina capacidades de diseño e implementación de sistemas, de capacitación y de diálogo y **consenso**, vitales para esta actividad pionera en Brasil. (Bid, [2013], pp. 13-14, negrito nosso).*

13

Aprofunda-se uma lógica que está marcadamente presente nas políticas educacionais: o Estado e as Organizações Multilaterais apresentam inúmeras preocupações em relação aos professores e, embora tergiversem, o que lhes interessa é sobretudo inibir suas capacidades de lutas e resistências contra as reformas, ademais de providenciar repasses de recursos públicos para instituições privadas. Certamente é preciso construir uma racionalidade que justifique tal Acordo e ressalta-se a desqualificação do trabalho docente, posto que, para o BID, suas *mayores fragilidades se encuentran en las actividades ofrecidas en el aula ... algo directamente relacionado con la inadecuada formación de los profesores* ... (Bid, [2013], pp. 3-4).

Esse *modus operandi* é marcado por um caráter autoritário e avesso à participação de trabalhadores, familiares e crianças nos destinos da RME, revestidas de formalidades contratuais. Sem dúvida uma estratégia central para a formatação e subordinação do professor ao Acordo encontra-se na mudança da carreira e num sistema de avaliação ainda não inteiramente explicitados. No Regulamento Operativo (Bid, 2012, p. 4) se prevê a “contratação de consultoria para revisão do Plano de Carreira do Magistério”; no Projeto (Bid, [2013], p. 7) se propõe *mejora de la evaluación del profesor para agregar otros aspectos vinculados a su desempeño, además de los ya utilizados como capacitación y años de servicio*. Na análise econômica o BID afirma ([2010], p. 3, grifo nosso):

[...] não há, ainda, uma ação de política educacional que resulte em melhores salários para os profissionais melhor qualificados e que, efetivamente, coloquem em sua prática diária na sala de aula tal

qualificação no futuro. Entretanto, no componente 2, umas das atividades é **exatamente propor um redesenho da carreira docente** com este objetivo, e que poderá servir como parâmetro futuro para a mensuração dos supostos benefícios diretos a tais profissionais.

Uma vez que a RME possui uma política de progressão na carreira, garantida por lei (Florianópolis, 1988), que leva em conta o tempo de serviço e assiduidade, acesso (mudança de categoria funcional de acordo com o nível de formação) e aperfeiçoamento (participação em cursos de formação continuada), o trecho citado insinua que estes aspectos não contribuem efetivamente para a melhoria da prática pedagógica do professor, o que soa como um contrassenso ou mesmo uma provocação, dada a luta da categoria pela manutenção de seu plano de carreira, infenso a critérios meritocráticos para o pagamento de professores.

Outra política sugere uma desqualificação do professor: a implantação de um sistema de *coaching*⁸:

O sistema de assistência técnica a professores (*coaching*) beneficiará inicialmente 1.400 profissionais que atuam em sala de aula, ao longo de 3 anos da execução do Projeto Esse sistema será desenvolvido por consultoria especializada, a qual proporá também o melhor mecanismo para seu funcionamento: presencial, semi-presencial ou totalmente remoto (virtual). Esse serviço se alimentará de dados coletados no Sistema de Gestão da RME, a ser desenvolvido e implantado com recursos do Projeto, e permitirá que professores recebam uma avaliação do seu desempenho em sala de aula, e instruções para aprimorá-lo, a partir da observação *in loco* ou de gravações (vídeo) feitas nas unidades educativas e enviadas para a SME. (Bid, 2012, p. 17)

De fato, o trabalho do professor será esquadrinhado, seja em sala de aula, seja em outras atividades – como as ligadas à gestão – porque seu pecado capital é o de ser “frágil” em sala de aula, ser mal formado, ser débil nas atividades pedagógicas que implementa, não praticar o uso ativo da língua para que as crianças possam aprender ciência e matemática (Bid, [2013], pp. 4; 9). As inúmeras “faltas” dos professores não impedem que seja reconhecido como *el recurso más importante* (Bid, [2013], p. 5) do processo educativo, razão pela qual urge *mejorar la selección, contratación y entrenamiento de profesores para atender esta nueva demanda, además de la necesidad de fortalecer los*

⁸ esse sistema de acompanhamento dos professores em frente a classe, dentro de sala de aula; capacitação de todos os docentes e auxiliares;

procesos de acompañamiento (coaching) a todo el cuerpo docente (Bid, [2013], p. 5), entendido como *un sistema de acompañamiento a los profesores al frente de clase*. O sistema de assessoramento para docentes eficazes contará com *instrumentos adicionales de diagnóstico de lecto-escritura y matemática ... , así como instrumentos de diagnóstico de prácticas en el aula*. (Bid, [2013], pp. 14-15; 6). Propõe-se ademais a construção de uma *plataforma de formación permanente para los docentes* (Bid, [2013], p. 8).

No que se refere à melhoria da qualidade da Educação, para a qual se destinará US\$9,9 millones, entre outras medidas, deverá ser revisto o

proceso de selección y contratación de profesores, incorporando módulos de práctica docente en los concursos, así como la revisión del período de prueba por el que pasan los profesores contractados; ii) la formación y calificación de profesionales de educación con cursos de capacitación en educación integral, contenidos específicos y habilidades pedagógicas requeridas para cada nivel, con énfasis en mejorar las capacidades en la sala de aula ...; iv) la elaboración de una propuesta de matrices curriculares para la educación básica (0 a 14 años), que orienten la atención en tiempo integral y que faciliten las transiciones de un nivel educativo al siguiente; v) el desarrollo de proyectos de enseñanza de matemática, portugués y ciencia, y de utilización de tecnologías de información en la clase que refuercen los desempeños y la permanencia en el sistema escolar. (Bid, [2013], pp. 7-8).

As observações feitas pelo BID sobre os professores da Rede soam estranhas. Admitem que *existe un cuerpo de profesores con buen nivel de formación, 68,7% que cuentan con alguna especialización además de la formación básica y 10% con maestrías*, mas tal formação não seria suficiente dado que problemas de desempenho refletiriam nas notas obtidas pelos alunos, em português e matemática, na Prova Brasil de 2010. (Bid, [2013], p. 4). O não alcance dos escores desejados justificaria a prática de *coaching* a todos os professores, melhorando não apenas sua prática pedagógica, como a própria gestão da escola e da sala de aula. (Bid, [2013], pp. 5-6). Para o BID, investir na capacitação e acompanhamento do professor para o melhor desempenho dos alunos é uma “evidência robusta” comprovada pela literatura (?) da área (Bid, [2013], p. 1). Trata-se de fato de um ataque frontal ao professor, particularmente no serviço de *coaching*, também denominada *mentoría*, escrutínio direto da ação docente cujos desdobramentos meritocráticos estão aí implícitos. Há aqui um objetivo de produção de alienação estratégica: o professor é o fator mais importante na escola dado que interfere diretamente na formação humana objetivada nas relações ensino-aprendizagem.

Considerações finais

O esforço analítico por nós realizado possibilitou compreender que o capital está em busca constante de meios para contornar, ainda que sempre provisoriamente, os ciclos de crises próprios à acumulação capitalista. Isso implica necessariamente no alargamento da dinâmica de acumulação ao ponto de envolver na forma mercantil todo o conjunto da vida social. Para uma economia capitalista dependente como a nossa, diante da impossibilidade de lançar mão dos meios mais corriqueiros da violenta forma capital-imperialista, isso significará que as burguesias internas recorram, quase sempre, a apropriação, por um lado, do fundo público convertendo-o em fundo de acumulação do capital. Por outro lado, significa, quase que necessariamente, profundas alterações nas políticas sociais: na contra-reforma, transferindo, assim, a riqueza social para o fundo de acumulação capitalista. Não é outro o sentido do que vive o país nesse momento histórico, maio de 2016, quando os interesses burgueses internos, articulados aos interesses internacionais, lançam mão de todas as suas armas para manterem suas condições de acumulação e espoliação do trabalhador brasileiro.

Desse ponto de vista, interessa-nos chamar atenção para o modo como o discurso presente nos documentos procura realizar um consenso em torno dos recursos financeiros que são objeto do contrato e da qualidade da educação referenciada nos padrões internacionais da OCDE. O objetivo do acordo PMF-BID é a realização de uma profunda reforma na rede municipal de educação – beneficiando também o setor de construção –, em especial, no que diz respeito à Educação Infantil e aos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Aos interesses econômico-políticos presentes na PMF confere-se uma aparência de demanda social, impondo-se um projeto educativo aos professores e alunos e à sociedade calcado sobre padrões de qualidade pouco explicitados. Estamos frente a uma estratégia de convencimento poderosa, pois sobre a ideia de melhoria da qualidade da educação, da qualificação do capital humano, da conquista da empregabilidade acusa-se os professores da rede de frágeis e sutilmente se responsabiliza as universidades públicas pelo seu despreparo. Faz parte desse discurso de justificação da reforma e de produção de consenso um argumento que apela à vaidade dos incautos: tornar as práticas exitosas da

RME⁹ em padrão internacional, dando um passo à frente, portanto. Mas, à custa de que? Quanto realmente vai custar para a população produzir essa demanda de qualidade internacionalizada?

REFERÊNCIAS

Banco Interamericano de Desenvolvimento. Anexo de Análise Econômica. [2010]. Recuperado de: <http://www.iadb.org/Document.cfm?id=36767197>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2012). *Preliminar - Regulamento Operativo*. Recuperado de: <http://www.iadb.org/Document.cfm?id=38192289>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. ([2013]). *Brasil. Proyecto de Expansión y Mejoramiento de la Educación Infantil y la Enseñanza Fundamental en Florianópolis*. Recuperado de: <http://www.iadb.org/Document.cfm?id=38240345>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2014a). *Dimensiones del éxito en educación*. Recuperado de: <http://www.iadb.org/es/temas/educacion/educacion-en-america-latina-y-el-caribe,6448.html>.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. (2014b) *Programa de Expansión y Mejoramiento Educativo de la Red Pública Municipal de Manaus (PROEMEM)*. Recuperado de: <http://www.iadb.org/Document.cfm?id=39274469>.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. (2015). *Programa de Mejora de la Calidad de la Educación del Municipio de Porto Alegre*. Recuperado de: <http://www.iadb.org/Document.cfm?id=39625273>.

Brasil. (2014). Senado Federal. Resolução Nº 11, de 4 de junho de 2014. *Autoriza o Município de Florianópolis a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 58.860.000,00 (cinquenta e oito*

⁹Anunciado como o primeiro contrato do setor Educação feito pelo BID diretamente com uma prefeitura brasileira, o contrato logo ganhou versões similares, já aprovado em Manaus (AM) (BID, 2014b), no final de 2014, e está em preparação desde 2015 em Porto Alegre (RS) (BID, 2015), cidades situadas nos extremos norte e sul do país, a uma distância de mais de 3000km.

milhões, oitocentos e sessenta mil dólares norte-americanos). Publicada no Diário Oficial de 5 de junho de 2014. Recuperado de: <http://www.camara.gov.br/legin/fed/ressen/2014/resolucao-11-4-junho-2014-778858-publicacaooriginal-144317-pl.html>.

Campos, M. M. (Coord.). (2010). *Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa*. Recuperado de:
<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36817945>.

Cardoso, A. M. (2008). *O ideário gerencial no trabalho do diretor escolar: concepções, contradições e resistência*. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Florianópolis. (1988). Câmara Municipal de Vereadores. Lei nº 2915, aos 19 de julho de 1988. *Institui o plano de vencimentos e de carreira do magistério público municipal e dá outras providências*. DOE nº 17860 de 07.04.2006.

Florianópolis. (2016). *Gabinete*. Recuperado de:
<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=govgabinete>.

Martini, R. (2014). Entrevista: Rodolfo Pinto da Luz, Secretário Municipal de Educação em Florianópolis. *Floripamanha*. Recuperado de:
<http://floripamanha.org/2014/06/professor-rodolfo-pinto-da-luz-secretario-municipal-de-educacao-em-florianopolis/>.

Mota Júnior, W. P. da. (2016). *O Banco Mundial e a contrarreforma da Educação Superior brasileira no Governo Lula da Silva (2003-2010)*. Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado.

Neiverth, T. (2009). *A transição do financiamento das creches conveniadas em Florianópolis: entre o FUNDEB e a focalização*. Dissertação de Mestrado. PPGE/CED/UFSC. Florianópolis.

Preal. (2016). *Una Plataforma Regional sobre Educación en América Latina*.

Recuperado de: <http://www.preal.org/Quienes.asp>.

Sguissardi, V. (2014). *Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil (2002-2012)*. Edital N° 051/2014 SESU. Projeto de Organismo Internacional – OEI. Piracicaba (SP). Mimeo.

Shiroma, E. O. y Moraes, M. C. M. de y Evangelista, O. (2007). *Política educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 4.ed.

Sintrasem. (2015b). Prova esquentada: desperdício de dinheiro público e sem efetividade como avaliação. Recuperado de: <http://www.sintrasem.org.br/content/prova-esquentada-desperdicio-de-dinheiro-publico-e-sem-efetividade-como-avaliacao>.

Sintrasem. (2015a). Sobre a pesquisa “Avaliação da qualidade e elaboração do sistema de monitoramento da Educação Infantil da rede Municipal de Florianópolis. Recuperado de: <http://sintrasem.org.br/content/sobre-pesquisa-avaliacao-da-qualidade-e-elaboracao-do-sistema-de-monitoramento-da-educacao-infantil-da-rede-municipal-de-florianopolis>.

ZANARDINI, J. B. (2012). Dos testes psicométricos às avaliações em larga escala: instrumentos diferenciados com ontologia em comum. *Revista Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 15, n. 3, p.65-74, set. Recuperado de: http://novo.more.ufsc.br/artigo_revista/insere_artigo_revista.